

<div>I - RELATÓRIO</div> <div>Trata-se de 02 (duas) emendas modificativas apostas ao Projeto de Lei nº 1650/2012, que dispõe sobre a implantação de placas indicativas bilíngues em locais sob administração estadual.</div>
<div>II - PARECER DO RELATOR.</div> <div>A emenda nº 01 retira do texto o prazo para a administração pública SE adaptar à lei, o que tornaria inviável o seu cumprimento.</div> <div>A emenda nº 02 modifica o caráter determinativo do projeto de lei, tornando o seu cumprimento facultativo.</div> <div>À vista do exposto, o meu parecer ao Projeto de Lei nº1650/2012 é CONTRÁRIO às emendas de Plenário.</div> <div>Sala das comissões, 02 de novembro de 2019.</div> <div>(a) Deputado ELIOMAR COELHO - Relator</div>
<div>III- CONCLUSÃO</div> <div>A COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de fevereiro de 2020, aprovou o parecer do Relator CONTRÁRIO, às Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº1650/2012.</div> <div>Sala das Comissões, 11 de fevereiro de 2020.</div> <div>(a) Deputados: MÁRCIO CANELLA - Presidente, MÁRCIO PACHECO, LUIZ PAULO, ZEIDAN LULA e ANDERSON MORAES - Membros Efetivos.</div>
<div>PARECER</div>
<div>DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE AO PROJETO DE LEI Nº 1867/2016 QUE "INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE INCENTIVO A DIVULGAÇÃO DO TURISMO, ARTE, CULTURA E NEGÓCIOS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO".</div> <div>Autor: Deputado MARCOS MULLER</div> <div>Relator: Deputado RODRIGO AMORIM</div>
<div>(FAVORÁVEL)</div>
<div>I - RELATÓRIO</div> <div>Trata-se de projeto de lei que institui o programa estadual de incentivo a divulgação do turismo, arte, cultura e negócios dos municípios do Estado do Rio de Janeiro</div>
<div>II - PARECER DO RELATOR</div> <div>A proposta do referido projeto de lei é meritória e tem o condão de promover o Rio de Janeiro em sua natural vocação turística. Internacionalmente, o turismo é uma atividade econômica com grande potencial e figura, seguramente, como fontes de receitas e incrementos aos cofres públicos. O setor de viagens e turismo, como um todo, movimenta 10,4 do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e chega a gerar 20 vezes mais empregos por real investido que setores tradicionais da economia - segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT).</div> <div>Diante do exposto, apresento parecer FAVORÁVEL do Projeto de Lei nº 1867/2016.</div> <div>Sala da Comissões, 21 de novembro de 2019.</div> <div>(a) Deputado RODRIGO AMORIM - Relator</div>
<div>III- CONCLUSÃO</div> <div>A COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de fevereiro de 2020, aprovou o parecer do Relator FAVORÁVEL, ao Projeto de Lei nº1867/2016.</div> <div>Sala das Comissões, 11 de fevereiro de 2020.</div> <div>(a) Deputados: MÁRCIO CANELLA - Presidente, MÁRCIO PACHECO, LUIZ PAULO e ANDERSON MORAES - Membros Efetivos.</div>
<div>PARECER</div>
<div>DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE AO PROJETO DE LEI Nº 2972/2017 QUE "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA DESTINAÇÃO DOS MATERIAIS DE INFORMÁTICA APREENDIDOS PELA SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO".</div> <div>Autor: Deputado ÁTILA NUNES</div> <div>Relator: Deputado RODRIGO AMORIM</div>
<div>(FÁVORAVEL)</div>
<div>I - RELATÓRIO</div> <div>Trata-se de projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade da destinação dos materiais de informática apreendidos pela secretaria de fazenda do estado do Rio de Janeiro.</div>
<div>II - PARECER DO RELATOR</div> <div>O referido projeto de lei é de relevância do ponto de vista do orçamento e das finanças públicas, visto que coloca à disposição do ensino público, tanto da Secretaria Estadual de Educação, quanto das escolas da rede FAETEC, os materiais de informática apreendidos pela Secretaria de Fazenda do estado.</div> <div>É evidente que tal medida representa uma possível contribuição para o incremento de qualidade do ensino público sem qualquer ônus aos cofres públicos do Estado do Rio de Janeiro.</div> <div>Diante do exposto, apresento parecer FAVORÁVEL do Projeto de Lei nº 2972/2017.</div> <div>Sala das Comissões, 21 de novembro de 2019</div> <div>(a) Deputado RODRIGO AMORIM - Relator</div>
<div>III- CONCLUSÃO</div> <div>A COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de fevereiro de 2020, aprovou o parecer do Relator FAVORÁVEL, ao Projeto de Lei nº2972/2017.</div> <div>Sala das Comissões, 11 de fevereiro de 2020.</div> <div>(a) Deputados: MÁRCIO CANELLA - Presidente, MÁRCIO PACHECO, LUIZ PAULO e ANDERSON MORAES - Membros Efetivos.</div>
<div>PARECER</div>
<div>DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE AO PROJETO DE LEI Nº 4299/2018, QUE "OBRIGA AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO A DISPONIBILIZAREM EXEMPLARES DE LIVROS E LEGISLAÇÕES EM BRAILLE, NA FORMA QUE ESPECIFICA".</div> <div>Autor: Deputado ROSENVERG REIS</div> <div>Relator: Deputado MARCIO CANELLA</div>
<div>(FAVORÁVEL COM AS EMENDAS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA)</div>
<div>I - RELATÓRIO</div> <div>Trata-se de Projeto de Lei nº 4299/2018, de autoria do nobre Deputado Rosenverg Reis, que obriga as bibliotecas públicas do Estado a disponibilizarem exemplares de livros e legislações em Braille.</div>
<div>II - PARECER DO RELATOR</div> <div>O presente projeto é meritório e deve prosperar, pois busca garantir maior acessibilidade aos deficientes visuais, sendo que as Emendas da Comissão de Constituição e Justiça aperfeiçoam o projeto, retirando eventual vício de iniciativa. Assim, revestindo-se o Projeto de caráter meramente autorizativo, não vislumbro qualquer inconstitucionalidade ou impedimento à sua tramitação, pelo que deve o seu mérito ser analisado pelo Plenário desta Casa Legislativa.</div> <div>Em razão do exposto, meu parecer ao Projeto de Lei nº 4299/2018 é FAVORÁVEL COM AS EMENDAS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.</div> <div>Sala das Comissões, em 01 de fevereiro de 2020.</div> <div>(a) Deputado MARCIO CANELLA - Relator</div>

<div>III- CONCLUSÃO</div> <div>A COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de fevereiro de 2020, aprovou o parecer do Relator FAVORÁVEL COM AS EMENDAS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, ao Projeto de Lei nº4299/2018.</div> <div>Sala das Comissões, 11 de fevereiro de 2020.</div> <div>(a) Deputados: MÁRCIO CANELLA - Presidente, MÁRCIO PACHECO, LUIZ PAULO e ANDERSON MORAES - Membros Efetivos.</div>
<div>PARECER</div>
<div>DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE AO PROJETO DE LEI Nº 4528/2018, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DA SAÚDE DA DOENÇA MIELOMA MÚLTIPLO, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO."</div> <div>Autor: Deputado ÁTILA NUNES</div> <div>Relator: Deputado ELIOMAR COELHO</div>
<div>(FAVORÁVEL)</div>
<div>I - RELATÓRIO</div> <div>Trata-se da análise do projeto de lei que trata sobre a criação do Programa de Prevenção da Saúde à Doença Mieloma Múltiplo, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.</div>
<div>II - PARECER DO RELATOR.</div> <div>O projeto é louvável por tratar de questão relacionada à saúde de forma preventiva, além de determinar que as ações que forem desenvolvidas em sua consequência serão executadas pela via do Sistema Único de Saúde.</div> <div>À vista do exposto, o meu parecer ao Projeto de Lei nº4528/2018 é FAVORÁVEL.</div> <div>Sala das comissões, 02 de novembro de 2019.</div> <div>Deputado ELIOMAR COELHO - Relator</div>
<div>III- CONCLUSÃO</div> <div>A COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de fevereiro de 2020, aprovou o parecer do Relator FAVORÁVEL, ao Projeto de Lei nº4528/2018</div> <div>Sala das Comissões, 11 de fevereiro de 2020.</div> <div>Deputados: MÁRCIO CANELLA - Presidente, MÁRCIO PACHECO, LUIZ PAULO, ZEIDAN LULA e ANDERSON MORAES - Membros Efetivos</div>
<div>PARECER</div>
<div>DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE AO PROJETO DE LEI Nº 779/2019, QUE "ALTERA A LEI Nº 6.901 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014"</div> <div>Autor: Deputado WALDECK CARNEIRO</div> <div>Relator: Deputado RODRIGO AMORIM</div>
<div>(FAVORÁVEL)</div>
<div>I - RELATÓRIO</div> <div>Trata-se da análise do projeto de lei de autoria do Deputado Waldeck Carneiro que altera a Lei nº 6.901 de 02 de outubro de 2014 que dispõem sobre contratação temporária de profissionais.</div>
<div>II - PARECER DO RELATOR</div> <div>O referido projeto de lei tem por objeto de sua propositura o estabelecimento de novas regras ao processo de contratação temporária. Resta claro que a contratação com caráter temporário tem o condão, do ponto de vista exclusivamente financeiro, de suprir as urgentes necessidades da administração pública sem o ônus da criação de novos cargos ou todos os demais compromissos relacionados com o provimento de cargos efetivos.</div> <div>Portanto, ao dar maior transparência ao processo de contratação temporária resta claro que o referido projeto cumpre um propósito de ampliar o respeito aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, enquanto mantem um mecanismo que prima pela eficiência na gestão.</div> <div>Diante do exposto, apresento parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 779/2019.</div> <div>Sala das Comissões, 22 de novembro de 2019.</div> <div>(a) Deputado RODRIGO AMORIM - Relator</div>
<div>III- CONCLUSÃO</div> <div>A COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de fevereiro de 2020, aprovou o parecer do Relator FAVORÁVEL, ao Projeto de Lei nº779/2019.</div> <div>Sala das Comissões, 11 de fevereiro de 2020.</div> <div>(a) Deputados: MÁRCIO CANELLA - Presidente, MÁRCIO PACHECO, LUIZ PAULO e ANDERSON MORAES - Membros Efetivos.</div>
<div>PARECER</div>
<div>DA COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 3476/2017, QUE "DISPÕE SOBRE A CARTEIRA DE IDENTIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CIPD, A SER EMITIDA PELOS ÓRGÃOS DE IDENTIFICAÇÃO COMPETENTES, DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO."</div> <div>Autor: Deputado DICA</div> <div>Relator: Deputado GIL VIANNA</div>
<div>(CONTRÁRIO)</div>
<div>I - RELATÓRIO</div> <div>A proposição em pauta cria uma carteira de identidade para a pessoa com deficiência, a ser emitida pelos órgãos de identificação competentes.</div>
<div>II - PARECER DO RELATOR</div> <div>O projeto em questão, do nobre Deputado Dica, foi baixado anteriormente em diligência, para que o Detran-RJ opinasse sobre seu conteúdo, tendo em vista tratar-se de documento de identificação.</div> <div>Em seu parecer, o Detran explica que não tem condições de emitir carteira de identidade que preveja benefícios para pessoas com deficiência, já que não dispõe de perícia médica adequada para isso.</div> <div>Adicionalmente, uma carteira que substituisse também o Rocard, como previsto, não seria possível, tendo em vista que o mesmo possui tecnologia que permite o embarque de forma automatizada, em modais de transporte.</div> <div>Finalmente, a criação do novo documento geraria custos para o Estado, justo em momento grave de recuperação fiscal em que vivemos.</div> <div>Deste modo, e seguindo recomendação do Detran-RJ, oferecemos parecer CONTRÁRIO ao Projeto de Lei nº 3476/2017.</div> <div>Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 2019.</div> <div>(a) Deputado GIL VIANNA - Relator.</div>
<div>III - CONCLUSÃO</div> <div>A COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de fevereiro de 2020, aprovou o parecer do Relator, CONTRÁRIO, ao Projeto de Lei nº 3476/2017.</div> <div>Sala das Comissões, em 12 de fevereiro de 2020.</div> <div>(a) Deputados GIL VIANNA, Presidente; FRANCIANE MOTTA, Vice-Presidente; e ALANA PASSOS.</div>

<div>PARECER</div>
<div>DA COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 1104/2019, QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INCLUIR, NO CURSO DE FORMAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, O CURSO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)."</div> <div>Autor: Deputado RENATO ZACA</div> <div>Relator: Deputado GIL VIANNA</div>
<div>(FAVORÁVEL)</div>
<div>I - RELATÓRIO</div> <div>A proposição em pauta autoriza o Poder Executivo a incluir o curso de libras na formação de agentes de segurança pública, no Estado do Rio de Janeiro.</div>
<div>II - PARECER DO RELATOR</div> <div>Trata-se de proposta meritória, indo ao encontro da inclusão das pessoas com deficiência auditiva, que poderão, após a implementação da presente lei, ter acesso ao atendimento por parte das forças de segurança.</div> <div>Assim sendo, se faz o reconhecimento da cidadania desta parcela da população, que passará a receber um tratamento isonômico, com dignidade e eficiência.</div> <div>Deste modo, nosso parecer é FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 1104/2019.</div> <div>Sala das Comissões, em 06 de fevereiro de 2020.</div> <div>(a) Deputado GIL VIANNA - Relator.</div>
<div>III - CONCLUSÃO</div> <div>A COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de fevereiro de 2020, aprovou o parecer do Relator, FAVORÁVEL, ao Projeto de Lei nº 1104/2019.</div> <div>Sala das Comissões, em 12 de fevereiro de 2020.</div> <div>(a) Deputados GIL VIANNA, Presidente; FRANCIANE MOTTA, Vice-Presidente; e ALANA PASSOS.</div>
<div>COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE</div>
<div>ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA</div> <div>Aos seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às doze horas e trinta minutos, na sala trezentos e dezesseis do Palácio Tiradentes, reuniu-se a Comissão de Defesa do Meio Ambiente, sob a Presidência do Deputado Thiago Pampolha, contando com a presença dos Senhores Deputados Jorge Felipe Neto, Vice-Presidente, Flávio Serafini, Carlos Minc, membros efetivos deste Órgão Técnico e Chico Machado suplente. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a 1ª Reunião Extraordinária, conforme edital publicado em seis de fevereiro de dois mil e vinte. Prosseguindo, Sua Excelência informou que esta reunião se destina a deliberar a realização de audiência pública conjunta com as Comissões de Saneamento Ambiental, Segurança Alimentar, Defesa dos Direitos Humanos, Economia, Indústria e Comércio e de Política Urbana, Habitação e Assuntos Fundiários, para abordar o seguinte tema: "ESCLARECIMENTO SOBRE OS PROBLEMAS OCORRIDOS COM A ÁGUA DISTRIBUÍDA AOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA ETA DO GUANDU E RESPECTIVAS CONSEQUÊNCIAS PARA A POPULAÇÃO". Após análise e discussão do tema, a realização da audiência pública conjunta foi aprovada, por unanimidade. Em seguida, nada mais havendo a ser tratado e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, Sua Excelência agradeceu a colaboração de todos e suspendeu os trabalhos para que eu, Jefferson Ferreira França Júnior, Secretário "ad hoc", matrícula 201.504-8, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida, aprovada e segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que encerrou a reunião. Sala das Comissões, seis de fevereiro de dois mil e vinte. (a) Jefferson F. França Jr. - Secretário "ad hoc" Deputado THIAGO PAMPOLHA - Presidente.</div>
<div>COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE</div>
<div>ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA</div> <div>Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às quatorze horas e trinta minutos, na sala trezentos e dezesseis do Palácio Tiradentes, reuniu-se a Comissão de Defesa do Meio Ambiente, sob a Presidência do Deputado Thiago Pampolha, contando com a presença dos Senhores Deputados Flávio Serafini, Carlos Minc e Brazão, membros efetivos deste Órgão Técnico. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a 7ª Reunião Extraordinária, conforme edital publicado em dez de dezembro de dois mil e dezenove. Prosseguindo, Sua Excelência informou que esta reunião se destina a deliberar sobre a realização de audiência pública, com o seguinte tema: "O descumprimento da Lei nº 4.178/2003, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para as empresas do setor de reciclagem". Após análise e discussão do tema, a realização da audiência pública foi aprovada, por unanimidade. Em seguida, nada mais havendo a ser tratado e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, Sua Excelência agradeceu a colaboração de todos e suspendeu os trabalhos para que eu, Edyr Arêas, Secretária, matrícula 200.674-0, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida, aprovada e segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que encerrou a reunião. Sala das Comissões, onze de dezembro de dois mil e dezenove. (a) Edyr Arêas - Secretária; Deputado THIAGO PAMPOLHA - Presidente.</div>
<div>COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE</div>
<div>ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA</div> <div>Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às dez horas, na sala 311 do Palácio Tiradentes, reuniu-se a Comissão de Defesa do Meio Ambiente, sob a Presidência do Deputado Thiago Pampolha, contando com a presença do Deputado Jorge Felipe Neto. Havendo número regimental, Sua Excelência declarou aberta a 2ª Audiência Pública, conforme edital publicado em vinte e sete de novembro de dois mil e dezenove. Iniciando os trabalhos, Sua Excelência afirmou que esta audiência pública se propõe a discutir as medidas cabíveis para contenção do óleo derramado no litoral brasileiro, com vistas à sua aproximação da costa do Estado do Rio de Janeiro, como consta no edital de convocação. Em seguida, acusou a presença dos senhores convidados: Helder Velloso Costa, Capitão de Mar e Guerra do Comando do 1º Distrito Naval da Marinha do Brasil Júlia Bochner, Diretora Adjunta de Pós-Icença do INEA-RJ; Antônio Sandres, Gerente de Contingência e Resposta a Emergência da Petrobras; Adriano Martins; Gerente de Resposta a Emergência da Petrobras; Margareth Michels Bilhalva, Consultora e Advogada Ambiental da Petrobras; Jorge Soares Sergipe, Agente de Relacionamento da Petrobras; Felipe Mello, Gerente Geral de Relações Institucionais da Prumo Logística S.A.; Luiza Cantuária Costa, Professora de Engenharia Ambiental do Cefet-RJ; Artur Obino Neto, Diretor do Clube de Engenharia-RJ e Pesquisador da Coppe/UFRJ; Ana Paula Coelho Gerente de Projetos do Projeto Ilha, Instituto Mar Adentro; Suzana Machado Guimarães, Bióloga Marinha e Coordenadora do Projeto Aruanã - UFF; Rodrigo Leão de Moura, Professor da UFRJ. Prosseguindo, Sua Excelência esclareceu que as notícias recentes de que o óleo do incidente no litoral do Nordeste brasileiro estaria chegando às praias do Estado do Rio de Janeiro, motivou o Deputado Jorge Felipe Neto a solicitar realização de audiência pública sobre o tema e o Senhor Presidente, junto aos demais deputados membros desta Comissão, aprovaram com urgência sua realização. afirmou, que foram convidados a participar, os órgãos públicos competentes, pesquisadores de universidades e representantes da sociedade civil, a fim de esclarecermos qual o risco real de haver impactos ao meio ambiente e quais medidas poderão ser tomadas para mitigar o problema. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra para a representante da Petrobras, Senhora Margareth Bilhalva, que agradeceu ao convite e, em seguida, fez uma descrição detalhada da participação da Petrobras neste episódio, desde as primeiras aparições do óleo no Nordeste, até o presente momento em que vemos algumas pequenas manchas no</div>